

CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADAS: A TRAJETÓRIA DO LAR PEQUENO LEÃO

Roberta Frabetti Campos Lima¹, Rita de Cássia Silva Barbeta²

¹ Departamento de Administração, Centro Universitário FEI

² Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas, Centro Universitário FEI

robertacampos7@gmail.com e rbarbeta@fei.edu.br

Resumo: O projeto apresentado foi desenvolvido em parceria com a instituição Lar Pequeno Leão, localizada na cidade de São Bernardo do Campo. Após um ano analisando prontuários de jovens institucionalizados no lar foi observado a necessidade de orientar os jovens prestes a serem desinstitucionalizados em relação aos desafios da maioridade. O objetivo é apresentar os métodos utilizados para orientação dos jovens em relação aos desafios da maioridade e noções básicas de educação financeira. Utilizou-se como metodologia a análise de leis e decretos de leis relacionados ao tema; coleta de dados de 585 prontuários de jovens institucionalizados no Lar durante os anos de 1983 a 2003; e jogos de tabuleiro.

1. Introdução

As concepções em relação às necessidades e os tratamentos para com as crianças e adolescentes foram constituídas ao longo da história, sendo que em cada época esse modo de pensar foi modificado e compreendido de acordo com os contextos sociais impostos pelo Estado.

Ao longo dos anos, o papel das organizações responsáveis pela institucionalização de crianças e adolescentes foram sofrendo modificações e, indispensavelmente, transformou também o papel dos profissionais que nelas atuam. De forma que passou a ser concedida aos serviços de acolhimento a função instrutiva. Antes da difusão do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a institucionalização era vista como uma forma de preservar a sociedade dos “menores” que “ameaçavam” o bem-estar social. Pode-se afirmar que ao longo dos anos uma série de reestruturações aconteceu. Tais modificações englobam atualizações e criações de leis e decretos de leis aplicados ao tema; e as instituições que passaram e/ou deixaram de fazer parte do processo de institucionalização dos menores. A forma de se referir ao Lar e seus respectivos trabalhadores, também sofreram modificações.

Até a promulgação do ECA, a política social não abrangia a possibilidade de reinserção familiar, e sim a institucionalização dos jovens até completarem a maior idade, de forma que não era aceito o convívio do institucionalizado com o ambiente externo (sociedade), uma vez que, segundo Baptista (2006) [1], acreditava que os locais de acolhimento supririam todas as necessidades dos menores.

Com o surgimento do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) foi reorganizado o modelo de institucionalização de crianças e adolescentes, tornando-se um avanço considerável para que crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social possuísem o seu direito constitucional assegurado[2]. A partir do seu surgimento todos os serviços, benefícios e a rede socioassis-

tencial do país foram organizados de forma descentralizada.

Mesmo com tantas mudanças legislativas, foi identificado a partir de análises de prontuários que os jovens que saem do lar por atingir a maioridade, por exemplo, não recebem uma preparação para esta nova etapa da vida. Tomando por base a reflexão de Constantino (2000) [3], ao serem desligados da instituição, os jovens podem se sentir perdidos por fazer parte de “dois mundos” e de nenhum deles, ao mesmo tempo. Ademais, no caso de adolescentes com longos períodos de institucionalização, além dos vínculos familiares e comunitários fragilizados, também podem apresentar uma série de dificuldades ao lidar com a vinculação efetiva durante o período de acolhimento institucional.

2. Metodologia

O Lar Pequeno Leão forneceu caixas de prontuários para análise, desta forma, ao menos uma vez por semana, as análises nos prontuários eram realizadas e as informações eram utilizadas para atualizar uma planilha em formato Excel. Esta base de dados auxiliaria para a atualização de gráficos montados no Excel e na plataforma Power BI. A partir das análises foi observado que os jovens que estavam a sair do lar não recebiam orientações em relação à maioridade. Desta forma surgiu o desafio da maioridade que a princípio tinha um formato de curso de educação financeira e qualidade de vida; e após a necessidade de adaptações dos encontros para com a idade do público-alvo, o desafio da maioridade resumiu-se em encontros aos sábados de forma que o objetivo era preparar os jovens a terem autonomia ao se desligarem do lar.

Encontramos a música e os jogos de tabuleiro como métodos essenciais para prender a atenção dos jovens enquanto adaptávamos estes meios aos assuntos envolvendo mercado de trabalho, educação financeira, aquisições de imóveis, além de fornecermos dicas em geral.



Jogo da mesada

3. Conclusões

O principal objetivo do projeto era com base nos estudos legislativos e análises de prontuários, desenvolver algo que pudesse fazer a diferença na vida dos jovens que em breve atingirão a maioridade. A fim de que o jovem possa fortalecer a sua autonomia, pensou-se em oferecer um curso de qualidade de vida e educação financeira, onde englobaria assuntos voltados a finanças, direitos e deveres na maioridade, primeiro emprego, a escolha da faculdade e outros assuntos que possam causar dúvidas na vida de um jovem prestes a atingir a maioridade.

Passamos por alguns desafios, como a montagem dos materiais, a abordagem do conteúdo mediante a cada faixa etária e a diminuição de participantes devido ao período de adaptação com os genitores ou pais adotivos. Porém, vimos que o que importa não é a quantidade de participantes, e sim, o material e a abordagem do conteúdo, pois saber que eles estarão um pouco mais preparados para essa nova fase da vida, já é gratificante.

A “sementinha” foi plantada no início do ano, e nós alunas juntamente com a orientadora e os adolescentes institucionalizados aprendemos juntos. O curso foi desenvolvido com a ajuda deles (adolescentes institucionalizados). Espera-se que no futuro isso gere bons frutos. Porém vale salientar que esta ação deveria ser inserida nas instituições de acolhimento pelo Governo. Para a faculdade, acredita-se ser interessante colocar este projeto em prática em instituições públicas de acolhimento, a fim de observar se o impacto é tão positivo como foi no Lar Pequeno Leão. Vale ressaltar que durante a execução deste trabalho a universidade possuiu papel fundamental para a construção de conhecimento, na responsabilidade com a sociedade. É fundamental o desenvolvimento de ações apoiadas no tripé: universidade/aluno, poder público/instituições não governamentais

e sociedade civil para que o conhecimento adquirido na universidade seja constantemente aplicado na realidade social; proporcionando o envolvimento dos diferentes segmentos e objetivando na diminuição da desigualdade para que consequentemente tenhamos uma sociedade mais justa na garantia dos direitos dos cidadãos e em constante desenvolvimento.

No geral, acredito que foi possível atingir resultados maiores e melhores do que os esperados inicialmente, já que o aprendizado foi para todos. Ao todo foram quase 2 anos de projeto. Foi o suficiente para obter-se uma evolução pessoal e profissional. Aprendi como administradora que o principal recurso em uma empresa deve ser o recurso humano e todas as minhas futuras atitudes devem ser embasadas na empatia que eu aprendi a ter através deste projeto. Durante a execução do curso, estivemos em contato com diversas personalidades, porém a atenção e o respeito sempre prevaleceram.

Ter ajuda de alunos voluntários foi muito gratificante. A ajuda deles foi essencial para a execução deste projeto e fortalecimento da causa e da amizade.

E o que mostrou que valeu a pena toda essa caminhada? O olhar dos 6 jovens institucionalizados no lar ao saberem que o projeto estava se encerrando. Saber que os encontros farão falta para ambas as partes, quer dizer que valeu muito a pena e ficou com um “gostinho de quero mais”.

Referências

[1] Baptista, M. V. (2006). Um olhar para a história. In M. V. Baptista (Org.). Abrigo: comunidade de acolhida e sócio educação (Coleção Abrigar, Vol. 1, pp. 25-37). São Paulo: Instituto Camargo Correa.

[2] LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011 – SUAS – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12435.htm - Acessado em: 06 de setembro de 2019.

[3] CONSTANTINO, E. (2000). Meninos institucionalizados: a construção de um caminho. São Paulo: Arte e Ciência.

Agradecimentos

Ao Lar Pequeno Leão, por abrir as portas do lar para a realização do projeto e pelo fornecimento das documentações necessárias.

Ao Centro Universitário FEI, pela infraestrutura e auxílio no desenvolvimento profissional e humano.

¹Aluna de PRO-BASE do Centro Universitário FEI Pró-Base. Projeto com Vigência de Nov/18 a Jun/19.